

## RESENHAS

### INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA

Moysés Kuhlmann Jr.

Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

210 p.

Propostas para hoje, sim. Mas não alienadas dos processos históricos instituintes e constituidores de campos de conhecimento, de trabalho e de ação pedagógica que ajudam a explicar o quadro de graves desigualdades presentes na educação infantil do Brasil atual. É esse o primeiro móvel das contribuições de Moysés Kuhlmann Jr. reunidas em seu livro.

O autor reelabora um conjunto de textos, fruto de participação em congressos, palestras e cursos, produzidos ao longo dos últimos oito anos, que trata da história das instituições de educação infantil, suas relações com a história da infância e com a história da assistência, bem como com as políticas e concepções pedagógicas que fundamentam as propostas e práticas da educação da criança de zero a seis anos de idade. As suas pesquisas enfatizam sobretudo o período histórico enquadrado pelas décadas finais do século XIX até os anos vinte do nosso século.

O interesse pela história das instituições infantis em nosso país é relativamente recente. O amplo processo de expansão de creches e pré-escolas no Hemisfério Norte, desde o final dos anos sessenta e, no caso brasileiro, desde o final da década de setenta, é acompanhado pela ampliação de pesquisas na área. Moysés integra o campo de pesquisadores/historiadores que se debruçam sobre o tema, participando do momento novo da produção da história da educação infantil. É novidadeiro ao traçar uma história dessa educação, imbricada na história da assistência, como campo de intervenção pública e privada, com clara intencionalidade educativa. Defende, portanto, a interpretação de que tanto creches como jardins-de-infância e escolas mater-

nais fundaram-se como instituições educacionais.

Na introdução, o autor deixa claro seus pressupostos ao considerar que a história da educação é parte integrante da produção da história: "a educação não é um fenômeno que aconteça e permaneça no interior do âmbito educacional" (p.11). Ela deve ser buscada nas relações entre pensamento pedagógico e história das instituições, no estudo das relações sociais; posiciona-se ao lado de uma historiografia da educação que busca ultrapassar os limites de uma tradição que toma como ponto de partida o que é exclusivo do âmbito educacional e escolar.

Reconhecendo que a educação infantil é desvalorizada nas pesquisas educacionais, o autor recusa uma leitura linear, esquemática, por etapas e imediata, que divide de um lado o que se refere à educação e o que se refere à assistência. Trazendo à luz uma análise original de fontes documentais, busca evidenciar as complexas relações que constituem o campo da educação das crianças pequenas e que mobilizam atores sociais diversos pertencentes à pedagogia, à economia social, à assistência científica, à medicina e ao higienismo, à religião e às idéias políticas.

O livro é organizado em oito capítulos, que podem ser lidos de forma independente:

Em "Infância, história e educação", ao tratar da história da infância e sua educação, revela esforço cuidadoso em disponibilizar fontes bibliográficas expressivas, diversificadas e atuais sobre história da infância no mundo ocidental. Compartilhando pontos de vista com a sociologia da pequena infância, Moysés considera que as instituições de educação infantil estão em estreita relação com questões que concernem à história da infância, da família, da população, da urbanização, do trabalho, das relações de produção e à história das demais instituições educacionais. Não se trata ape-

nas da educação infantil, nos diz o autor: "a história da educação em geral precisa levar em conta todo o período da infância, identificada aqui como condição da criança, com limites etários claros, subdivididos em fases da vida, para os quais se criaram instituições educacionais específicas" (p.16).

No capítulo "Assistência e Pan-Americanismo: o Dia da Criança e a comemoração da descoberta da América", situa a história da infância no quadro das relações internacionais e das relações diplomáticas do continente americano, tratados no contexto dos congressos científicos e das grandes exposições universais do final do século XIX e das primeiras décadas deste século. A discussão sobre a assistência, os direitos, a saúde e a educação da criança, referenciadas na construção de padrões comuns para a intervenção social, identificados como componentes das nações modernas, refletem interesses internacionais, nos quais se enquadra a questão do pan-americanismo.

O conceito de assistência científica que separa o mau e o bom trabalhador, definindo critérios para atribuição de serviços baseados no mérito e não no direito, que faz apelo ao método científico para a organização da assistência e que define o papel do Estado e da iniciativa privada, privilegiando o concurso das obras de beneficência, no contexto do liberalismo, é trabalhado no capítulo "Proteção à infância e assistência científica".

Os temas da modernidade, do progresso da ciência e da técnica, do tratamento científico da pobreza e dos serviços a ela destinados estão na base da difusão internacional das instituições de educação infantil e são algumas das relações desveladas por Moysés nos capítulos 4 e 5: "As exposições internacionais e a difusão de creches e jardins-de-infância (1867-1922)" e "Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1867-1922)".

Nos capítulos 6 e 7, o autor discorre sobre as propostas pedagógicas de jardins-de-infância e das creches.

"Pedagogia e rotinas no jardim-de-infância", em co-autoria com Maria Carmem S. Barbosa, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aborda a experiência do final do século passado do Jardim de Infância Caetano de Campos, estabelecimento de ensino público da capital de São Paulo, no contexto da difusão internacional destas instituições.

Em "Educação assistencialista", o autor mostra que no processo histórico de constituição das instituições pré-escolares para crianças pobres, o assistencialismo se configura como proposta educacional específica voltada para a submissão não só das famílias, mas também das crianças das classes populares: "o fato de essas instituições carregarem em suas estruturas a destinação a uma parcela social, a pobreza, já representa uma concepção educacional" (p.182). Duas características são apontadas nessa pedagogia da submissão: a defesa do isolamento das crianças dos meios passíveis de contaminá-las — a rua e a influência nefasta das guardiãs — e a baixa qualidade, somada à ênfase nos aspectos morais e disciplinares.

Por outro lado, Moysés nos esclarece sobre as tensões existentes entre um projeto educacional disciplinador, produtor de subalternidade e fundado na rejeição de toda espontaneidade, e um projeto educacional em que estão considerados os interesses e as necessidades das crianças, pela valorização dos brinquedos e das brincadeiras, por exemplo, pois além de retirar as crianças da rua e protegê-las de virtuais perigos, a instituição infantil também deveria ter como objetivo formar as crianças: "os sujeitos concretos, com suas concepções de organização ideal para a sociedade, interagem e absorvem elementos-chaves das concepções pedagógicas dos fundadores das instituições infantis, incorporando perspectivas renovadoras" (p.187). Fica claro também que, apesar das polêmicas que envolviam as creches, elas possuíam defensores que apregoavam a necessidade de serem oferecidas reais condições para o bom desenvolvimento da criança. A vinculação das creches aos órgãos de assistência ou

serviço social levou à ausência desse tema nas pesquisas educacionais e nos cursos de pedagogia.

O último capítulo, "Política para a Educação Infantil: uma abordagem histórica", tomou emprestado das análises históricas anteriores, elementos para uma reflexão contundente da história recente da educação infantil e para a discussão das políticas atuais em nosso país.

O autor, nos últimos anos, vem aprofundando estudos e a interpretação histórica de que creches e pré-escolas assistencialistas foram concebidas e difundidas como instituições educacionais. Assim, não se trataria agora tão-somente de deixarem o espaço da assistência para se inaugurarem no campo da educação: "não são as instituições que não têm caráter educacional e sim os órgãos públicos da educação, os cursos de pedagogia e as pesquisas educacionais que não se ocuparam delas por um longo período" (p.202). Segundo Moysés, o que valida essa interpretação (por etapas) é a inconsistência analítica de fontes documentais ou mesmo o seu desconhecimento. Estaríamos marcados por uma certa pressa em responder às questões do presente e pela falta de atenção com que nos falamos os documentos históricos.

Esclarece o autor que o avanço na melhoria das práticas de cuidado e educação nas instituições infantis não é algo que se dê apenas por uma suposta superação do passado *assistencial* para o presente *educacional*: "mais do que uma polaridade entre campos homogêneos, a história da educação infantil nos mostra um processo contraditório em que a ambigüidade das propostas, desde sua origem e difusão, deixa vislumbrar as potencialidades existentes nas instituições educacionais para crianças pequenas. Mas também tem sido a história do predomínio da concepção educacional assistencialista, preconceituosa em relação à pobreza, descomprometida quanto à qualidade do atendimento" (p.202). Considera que se o reconhecimento de creches e pré-escolas como parte do sistema educacional é um passo importante e necessário

na consolidação de direitos, não é suficiente para superação dos preconceitos sociais envolvidos na educação da criança pequena. Por outro lado, a persistência em se vincular creches aos órgãos da assistência pode ser um dos elementos sustentadores da concepção educacional assistencialista, caracterizada como "serviço pobre para pobres".

Alerta-nos para o perigo do falacioso argumento oficial ouvido dos órgãos educacionais federais deste final de século no Brasil em defesa de uma educação assistencialista: a "falta de recursos financeiros para a educação infantil". Assim se posiciona: "enquanto o governo prontamente se dispõe a sobretaxar a população brasileira para remunerar o capital especulativo internacional com juros exorbitantes, o investimento na educação é relegado à disputa pela redistribuição dos poucos recursos entre as diversas modalidades de ensino" (p.205). Pode-se então perguntar, como autor o faz: "porque para a educação não vale o argumento de que o país quebraria se não lhe fossem destinados recursos emergenciais a fim de superar a precariedade atual?" (p.206).

Valorizar e evidenciar os esforços populares na luta por creches/pré-escolas, elevar a escolaridade, a qualificação e as aspirações dos educadores e melhorar a qualidade das instituições infantis, superando políticas, práticas e argumentos discriminatórios na educação das crianças pequenas são alguns dos apontamentos da perspectiva histórica trazida pela obra.

O texto é um chamamento à leitura. As suas idéias e interpretações são um convite à reflexão, instigando novas pesquisas e temas de investigação. Contribuição ousada e valiosa para o enfrentamento dos desafios históricos da igualdade e da democratização de oportunidades na educação, que hoje se inicia de forma cada vez mais ampliada para as crianças nas idades mais precoces e as integra aos sistemas educacionais.

Lívia Maria Fraga Vieira

Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais

## HORIZONTES PLURAIS. NOVOS ESTUDOS DE GÊNERO NO BRASIL

Cristina Bruschini, Heloísa Buarque de Hollanda (orgs.)

São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora 34, 1998. 413 p.

Resultante das pesquisas vencedoras do VII Concurso de Dotações para Pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero realizado pela Fundação Carlos Chagas, esta coletânea plural, não apenas em relação aos temas tratados bem como às disciplinas que os abordam, requer também um leitor plural. Heterodoxo, melhor dizendo. Aberto às novidades e às dádivas. A minha leitura dos treze artigos que a compõem procurou a informação daquilo que está sendo pesquisado, do que há de novo nas metodologias, sem todavia deixar de cobrar a presença das múltiplas perspectivas e amplas paisagens abertas pelo seu título.

Os três primeiros artigos discutem de maneira diversa algumas facetas do fenômeno da vitimização, seja ele operado pela sociedade ou pelas próprias mulheres.

Aparecida Fonseca de Moraes traz uma nova perspectiva sobre a questão da prostituição infanto-juvenil pela resignificação da adolescência feminina pobre identificada oficialmente como presa fácil para a prostituição. Em "Prostituição, trocas e convites sexuais na adolescência feminina pobre", demonstra que categorias como exploração e abuso sexuais, usadas pelos discursos da mídia e das instituições que desenvolvem serviços de atendimento direto aos meninos de rua, não dão realmente conta da vivência das adolescentes hoje categorizadas como meninas. Segundo a autora, há uma estreita conexão entre o surgimento dessa categoria com a idéia de vitimização e a representação instituída da adolescência feminina pobre e abandonada não incorpora a ordem de prazer e liberdade tão instauradora do modo de vida da juventude. O artigo retrata a trajetória da chamada questão do menor como preocupação nacional nos anos oitenta e noventa, evoluindo de uma genérica responsabilização das famílias pobres na produção de menores delinquentes, para

um dever constitucional que cabe também ao Estado de proteção aos meninos de rua, jovens exterminados e meninas que sofreram abuso sexual, realizado hoje pela municipalização dos serviços para a infância e adolescência. O campo desenvolvido em três cidades do Rio de Janeiro permitiu caracterizar o grupo de adolescentes entrevistadas por uma experiência comum qualificada de convites sexuais feito por homens mais velhos envolvendo trocas materiais ou monetárias, expressando a rejeição dos sistemas de acusação e estigmatização como prostitutas, recusando uma identidade deteriorada. Mesmo com a consciência de que estão trocando sexo por mercadoria, e portanto se prostituindo, as jovens revelam uma estratégia de defesa ao manipular e rejeitar os sistemas classificatórios vitimizantes e ao reconstruir para si uma posição de sujeito.

Em "Violência conjugal e o recurso feminino à polícia", Elaine Reis Brandão coloca em nova perspectiva a solicitação feminina feita para interromper os trâmites legais desencadeados com a denúncia policial, abordando a lógica cultural que preside a *suspensão* da queixa policial no âmbito de uma Delegacia Especial de Atendimento à Mulher — DEAM — do Estado do Rio de Janeiro. A autora ilumina tanto o contexto institucional que a engendra, focalizando o atendimento policial às vítimas, bem como o universo sociocultural compartilhado pela maioria das mulheres que acionam a DEAM. Trata-se de uma fina análise da utilização do recurso policial pelas mulheres para gerenciar a crise conjugal e familiar que subjaz à ameaça ou à agressão física denunciadas. A denúncia do parceiro à polícia, longe de significar um desejo de punição judicial, visa muito mais promover o reajustamento do parceiro inadequado à expectativa social predominante nas camadas populares. Mais ainda, o recurso à DEAM é valorizado fundamentalmente em sua dimensão simbólica. Para a autora, a suspensão da queixa parece constituir um elemento de negociação que as vítimas usam contra os acusados, passando a ter o futuro do companheiro entre as mãos, gerenciando assim a crise conjugal